

21.fevereiro.2013 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

**Entidade:** Escola Secundária da Amadora  
**Professores:** Ana Cristina Mendes da Silva, Luís Gonzaga Almeida e Rosa Maria Fajardo  
**Alunos do 11.º ano:** Inês Cardoso Valdoleiros, Filipe Miguel dos Santos, Carina Isabel Moutinho e Pedro Alexandre da Silva

**Recebidos por:** Deputados do Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação do Acordo Ortográfico

**Assunto:** Acordo Ortográfico

**Exposição:** O Coordenador do Grupo de Trabalho deu às boas vindas aos presentes e solicitou-lhes que expusessem a sua posição sobre o Acordo Ortográfico (AO) e a sua aplicação.

A professora Rosa Maria referiu que o Acordo Ortográfico (AO) tem influência no ensino de outras disciplinas, nomeadamente de inglês, realçando que no ensino secundário dão linguística e realçam a riqueza da diversidade das línguas dos vários países anglo-saxónicos e quando fazem o paralelismo com o português, têm dificuldade em explicar o objetivo de uniformidade da língua que é pretendido com o Acordo.

Intervieram depois os alunos, que manifestaram o seu desagrado com a aplicação do Acordo, tanto mais que a sua aprendizagem até ao 9.º ano tinha sido com a ortografia anterior. Referiram vários problemas decorrentes da aplicação, a saber: palavras que antes eram banais agora ficaram diferentes a nível da leitura e da escrita; há manuais que adotam a ortografia do AO e outros não (dependendo, nomeadamente, do seu prazo de vigência); mudar a língua a meio do percurso escolar é como mudar as origens, referindo que lhes é difícil escrever sem corretor. Em conclusão, indicaram que há um generalizado descontentamento nos alunos e nas escolas, questionando quais as vantagens do AO e pedindo que o mesmo não se aplique. Questionaram ainda a necessidade de uniformização da ortografia, dando como exemplo o inglês e o espanhol, em que essa uniformização não se verifica.

Interveio depois o professor Luís Gonzaga, referindo que a situação atual é de caos pedagógico nos utilizadores. Realçou ainda que na escola se verificam fenómenos de hipercorreção (nomeadamente a nível de acentos e hífen), está a pôr-se em causa a matriz da língua e a criar-se desconfiança em relação à sua utilização, registam-se disparidades de

uniformização, insegurança nos professores e alunos e afastamento da identidade da língua. Salientou depois que a dificuldade é ainda maior na linguagem poética, que é mais subjetiva.

A professora Ana Cristina referiu o facto de mesmo os manuais que já estão de acordo com o Acordo Ortográfico terem grafias diferentes, conforme as editoras. Salientou que dois poemas de Ricardo Reis, por queda do acento, os pretéritos perfeitos do indicativo passaram a ser grafados como o presente do indicativo, alterando-se substancialmente o sentido dos mesmos. Referiu que, nesta sequência, fizeram um requerimento ao Ministro da Educação e Ciência, para que seja suspensa a entrada obrigatória do AO nos exames nacionais no ano letivo de 2014/2015 (documentação disponível na [página da Comissão, na Internet](#)). Mencionou o facto de os alunos pesquisarem muita informação na internet e as diferenças de grafia gerarem confusão. Por ultimo, realçou que a aplicação do Acordo tem uma vertente económica e está a obrigar a muita formação, tendo as respetivas ações valores muito elevados.

Interveio depois o deputado Miguel Tiago (PCP), referindo que a Resolução que aprovou o AO exigia que tivesse havido maior debate e participação da academia e da sociedade civil e que a aplicação do Acordo implicava a aprovação de um vocabulário comum, o que ainda não aconteceu. Informou que o PCP se absteve em 2008, aquando da votação da Resolução e salientou que se pretendia a uniformidade ortográfica, mas esta ainda não foi conseguida e, em contrapartida, perdeu-se a norma da escrita e gerou-se confusão. Nesta sequência, informou que o PCP tem uma posição em aberto no que se refere ao Acordo.

A deputada Gabriela Canavilhas (PS) referiu a importância destas audiências, como exercício de cidadania dos professores e alunos. Defendeu que a unicidade da língua é uma força do país, a separação entre o português e o brasileiro é penalizadora para o português e o AO procurou garantir a força de uma língua única. Salientou que as dificuldades indicadas são mais de aplicação do AO. Defendeu que língua é viva, recria-se, não se decreta e o que muda é a ortografia. Realçou ainda o desconforto habitual das mudanças ortográficas que têm acontecido ao longo da história, referindo que já Fernando Pessoa se queixava de um acordo do seu tempo.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) informou que a matéria do AO não é consensual no seu Grupo Parlamentar, tendo em 2008 havido intervenções dos respetivos deputados, a favor e contra. Indicou que pessoalmente tem uma posição contrária ao Acordo. Evidenciou que o mesmo dificulta a relação com a origem das palavras. Depois questionou os presentes se a unificação ortográfica é possível ou não e se notam alguma alteração na pronúncia por força da aplicação do AO e da norma escrita.

A deputada Maria José Castelo Branco (PSD) realçou a importância da preservação das marcas de diferença e referiu que os alunos mais velhos terão mais dificuldade de adaptação, por já estarem habituados à antiga grafia. Nessa sequência, questionou se os professores e alunos dos anos mais baixos notam as mesmas dificuldades.

Em resposta, os professores concordaram que a língua não se decreta e que a ortografia é uma forma de a concretizar, reiterando que a diversidade é mais rica que a uniformidade. Realçaram que o AO vai alterar a oralidade, que esta pode ser diferente da escrita e evidenciaram a maior dificuldade no âmbito do texto literário e particularmente no poético. Reiteraram que o assunto é eminentemente pedagógico e apelaram a que não se perca a matriz.

A documentação da audiência, incluindo a gravação, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 21 de fevereiro de 2013

**A assessora**  
*Teresa Fernandes*